

Moralidades: quando a heterogênese ética se mostra criadora e livre de juízos de valor bipolares

Dante Augusto Galeffi

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GALEFFI, D.A. Moralidades: quando a heterogênese ética se mostra criadora e livre de juízos de valor bipolares. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 271-286. ISBN: 978-85-232-1866-9.
<https://doi.org/10.7476/9788523218669.0015>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

I4

Moralidades:

quando a heterogênese ética se
mostra criadora e livre de
juízos de valor bipolares



Dante Augusto Galeffi

271

Introdução

Com o intuito de corresponder ao tema da mesa “Moralidades”, e visando contribuir de algum modo para o aprofundamento da questão moral no que diz respeito a todos os seres humanos em suas relações eco-sócio-mentais (relações ambientais, sociais e mentais), inicio interrogando a moralidade em sua modelagem homogênea para fazer aparecer o âmbito plural e heterogêneo da moralidade contemporânea, pós-moderna, transmoderna. Mostra-se imperante o uso plural das

instâncias valorativas do comportamento humano, fazendo-se necessário aprender a compreender a moral em suas moralidades em construção no mundo democrático em seu projeto utópico e heterotópico simultaneamente, para além dos modelos de moral fechada dominantes. Para tanto, faço uma pergunta para iniciar uma provocação interrogante: o que se considera em geral moralidade em contraposição à imoralidade e de que modo se está construindo novas moralidades frutos da criatividade e liberdade partilhada humana?

Usando do recurso da etimologia como pretexto para o desenvolvimento do argumento intencionado, moralidade é a qualidade do que é moral. É um termo derivado do latim *mos, moris*, costume, hábito, designa a maneira de agir pelo uso, pela repetição, pelo habitual; delimita o comportamento axiológico do ser humano em suas relações sociais e de poder, sua produção de valores como condutas habituais nas relações intra e intersubjetivas. O termo indica também o *caráter de um indivíduo*, caracterizado pelo seu humor, capricho, vontade, fantasia, maneira, modo de ser, de aparecer, de comportar-se. O termo se opõe ao que pertence ao âmbito legislativo no sentido de uma “obrigação determinada por decreto”. No latim o termo “*mores*”, plural de *moris*, designava o conjunto de traços do caráter de um indivíduo, de um povo, de uma sociedade, de uma época. Daí a palavra moral apontar para que é relativo aos costumes de um indivíduo, aos caracteres de um povo, de uma sociedade, de uma época histórica etc. A palavra, portanto, significa “caráter” no sentido de uma marca distintiva, caracterizando modos de ser como comportamentos habituais de indivíduos e sociedades.

A moralidade, então, é uma condição existencial da humanidade em suas realizações singulares e únicas. É, assim, inerente ao que se diz como ser humano em seus modos de ser no mundo com outros. Todo ser humano é por condição um ser moral: existe enquanto se reconhece com os outros em suas relações de afeto e de poder. A moralidade, então, não diz respeito em sua condição prévia a nenhuma forma ideal de comportamento humano e sim ao fato de todo ser humano concreto e vivente

comportar-se segundo padrões axiológicos decorrentes de sua inserção em determinada sociedade com suas crenças e padrões morais instituídos. Independente do modo de produção de sentido moral, todo ser humano é um ser de costumes e crenças, sentimentos e emoções, regras e normas, razões e princípios, *irrazões* e *suprarrrazões*. Na moralidade o racional e o irracional se entrelaçam. Pode-se dizer com Bergson (2004) que o hábito ou a moralidade humana ocupa uma função similar à do instinto nas outras sociedades dos seres vivos. Entretanto, o que leva uma livre consciência, desatrelada do mundo da necessidade, a agir? Será esta instância que leva à ação individual puramente racional, ou também carrega o gérmen indelével do instinto, do irracional, do mecânico?

Respondendo às questões, seguindo Bergson (2004), há um senso de obrigação em toda moralidade, e a essência de tal “obrigação moral” não é o dever racional, e sim a pressão social decorrente das regras instituídas em uma dada sociedade e reforçadas pelo hábito. Citando Bergson (2004, p. 59):

[...] diremos que a natureza, dispondo a espécie humana ao longo do curso da evolução, a quis sociável, como quis as sociedades de formigas e de abelhas; mas uma vez que estava presente a inteligência, a manutenção da vida social devia ser confiada a um mecanismo quase inteligente, na medida em que cada peça podia ser remodelada pela inteligência humana, instintivo, porém, na medida em que o homem não podia, sem deixar de ser um homem, rejeitar o conjunto das peças e já não aceitar um mecanismo conservador. O instinto cedia provisoriamente lugar a um sistema de hábitos, cada um dos quais se tornava contingente, sendo necessária apenas a sua convergência no sentido da conservação da sociedade, e trazendo esta necessidade o instinto consigo. A necessidade do todo, sentida através da contingência das partes, é aquilo a que chamamos a obrigação moral em geral; as partes, aliás, apenas são contingentes aos olhos da sociedade; para o indivíduo, no qual a sociedade inculca hábitos, a parte é necessária do mesmo modo que o todo. [...] Teria a natureza previsto o enorme desenvolvimento e a complexidade indefinida de sociedades como as nossas?

Temos aqui um recorte compreensivo da moralidade como uma “obrigação moral” configurada socialmente. A sociabilidade humana produz a moralidade habitual. Mas nas sociedades humanas os programas podem ser reprogramados, as coisas dadas podem ser ressignificadas, o instituído pode ser destituído e se fazer de novo instituinte. Não há, portanto, modelos morais a serem mecanicamente imitados e sim o reconhecimento da natureza moral dos indivíduos sociais humanos. A moralidade, assim, assinala o modo de ser no mundo com outros de cada indivíduo de sociedades concretas e não uma ideia monológica de boa conduta.

Então, se a moralidade humana nada tem a ver com formas morais ideais e monológicas, é preciso compreender a moral humana pela linha de desenvolvimento de seus casos concretos e históricos. As formas morais tradicionais são aquelas vigentes em determinada sociedade humana, pois a moral aparece antes como uma “obrigação social” do que como uma decisão do indivíduo diante dos imperativos de sua vida. Mas aparecem também as formas fechadas e formas abertas de moralidade, o que permite distinguir regimes morais distintos no desenvolvimento humano em geral.

Falando das duas formas de moral, a fechada e a aberta, Bergson (2004, p. 63) esclarece:

Entre a primeira moral e a segunda há, portanto, toda a distância que vai do repouso ao movimento. A primeira supõe-se imutável. Se muda, esquece imediatamente que mudou ou não confessa a mudança. A forma que apresenta seja em que momento for pretende ser a forma definitiva. Mas a outra é um ímpeto, uma exigência de movimento; é mobilidade em princípio. Seria assim que provocaria – seria apenas assim que poderia até mesmo começar por definir – a sua superioridade. Se nos dermos a primeira, não poderemos fazer sair dela a segunda, do mesmo modo que não poderemos extrair o movimento de uma ou de várias posições de um móbil. Pelo contrário, o movimento envolve a imobilidade, sendo cada posição atravessada pelo móbil concebida, e até mesmo percebida como uma paragem virtual. Mas não há necessidade de uma demonstração em

regra: a superioridade é vivida antes de ser representada, e não poderia, aliás, ser a seguir demonstrada se não começasse por ser sentida.

É, pois, o sentimento moral o que interessa. Um sentimento que pode ser fechado ou aberto e que funda humanamente toda ação valorativa. O importante é, então, reconhecer a diferença entre um regime de moral insensível às mudanças vivas e um regime de moral transformativa, que pode alcançar o âmbito da humanidade como organismo em transformação continuada. Esta constatação favorece a compreensão das moralidades como regimes abertos aos fluxos e refluxos do existir factual. Cabe, então, tratar das “moralidades” em uma perspectiva radical de apropriação e vivência libertadora das representações morais racionalizadas e fechadas, porque não esta em causa julgar o comportamento moral de quem quer que seja, e sim o de reconhecer que de um jeito ou de outro todo ser humano se comporta moralmente. E como temos diante a abertura da moral aberta caberia interrogar sobre o seu sentido mais próprio e apropriado.

275
☞☞

Moralidades em questão: a mudança de paradigma ético-estético em curso

Apontei para o fato de ser a moralidade um sentimento mais do que uma racionalização discursiva. Ora, valores morais são construções históricas e dependentes de circunstâncias específicas da vida das sociedades que os criou. Valores morais variam de cultura para cultura e não são figuras de linguagem, pois determinam a ação humana em toda a sua extensão e intensidade. Assim, concordando com a compreensão de Bergson, que também encontra ressonância em David Hume ao pressupor a moralidade sendo determinada pelo sentimento e definindo a virtude “*como qualquer ação ou qualidade mental que comunica ao espectador um sentimento agradável de aprovação*; e o vício como o seu contrário”. (HUME, 2004, p. 372, grifo do autor)

Ora, na visada apresentada o que importa compreender não diz respeito ao campo das representações morais sociais e sim ao fato que a moralidade é perpassada pelo sentimento de agrado e de desagrado. Hume identifica duas formas de sentimento moral: os agradáveis e os desagradáveis. Os agradáveis são os sentimentos virtuosos e os desagradáveis indicam o vício. Entretanto, como reconhecer a diferença entre sentimentos agradáveis e sentimentos viciosos? Como julgar o bem moral tomando o seu contrário como negação?

A moralidade agora se encontra implicada com os regimes de signos de seus agentes e pacientes, seus usuários e partidários. E são muitas as formas de realização de “sentimentos agradáveis” e de “sentimentos viciosos”. Assim, a definição de Hume é demasiadamente genérica para servir como definidor dos sentimentos morais universais. A realidade moral é aqui recortada pelo sentimento de agrado e de desagrado e não por uma métrica racional definidora do bem e do mal. Mesmo assim, como definir universalmente o bem e o mal sem cair vítima do antropocentrismo radical que a tudo reduz ao âmbito perceptivo do sujeito humano?

Significa também compreender a moral como doutrina do dever monocórdio a partir de sua característica de “obrigação moral”, o que é uma questão a ser sempre interpretada a partir do comportamento de indivíduos membros de uma sociedade histórica produtora de sua própria escala de valores, seus modos de julgamento moral, seus dogmas e preceitos. Assim, a oportunidade de usar o plural “moralidades” para tratar de um tema tão abrangente e polêmico, me leva a pontuar a importância de se usar o critério da multiplicidade como predisposição para a investigação das moralidades humanas em movimento transformativo ético e estético simultaneamente.

Está-se diante de um horizonte polilógico, que é também uma abertura para as formas poli-eróticas de relacionamento, compreendendo-se o *Eros* como o impulso vital de mais-vida, indo além da sexualidade sem negá-la. Neste aspecto as moralidades são tantas quantas são as pessoas humanas e suas circunstâncias ambientais, sociais e mentais. Desse modo,

a ideia de uma moralidade universal única esbarra no abismo da multiplicidade heterogênica do mundo da vida e dos seres humanos viventes e suas realizações singulares socializadas.

As moralidades se mostram em inumeráveis direções e sentidos. Mas, porque se associa a moralidade ao dever ou “obrigação social”? O que é certo e o que é errado no agir moral dos seres humanos em suas diferenças radicais? Haveria, por ventura, uma objetividade moral racional, tão clara quanto distinta em sua precisão absoluta?

As moralidades, então, oportunizam o olhar da diversidade, da heterogênese individual e social dos seres humanos concretos. É preciso, então, deixar de lado a crença em uma moralidade objetiva e focar a atenção nas moralidades em suas legítimas formas de ser no mundo com outros. E aqui uma questão importante aparece e diz respeito à relação entre a moralidade e a religiosidade. Muitas vezes confundidas, a moralidade e a religiosidade, o valor moral e o valor religioso visam metas diferentes. Mas o valor religioso é um valor necessariamente moral, ao passo que o valor moral não é necessariamente religioso. Significa que é preciso desatrelar as moralidades dos imperativos da religiosidade instituída, para que não se perca de vista que o que se mira é o ato de apropriação da moralidade como multiplicidade heterogênica. O que também implica na saída da consciência humana dos umbrais do medo e da discórdia afetiva. Isso requer a superação da aceitação passiva de preceitos morais indiscutíveis, porque as moralidades requisitam investigação e suspeita, compreensão e partilhamento, diálogo e enfrentamento. As moralidades requisitam, sobretudo, o ato amoroso em si mesmo, o que indica a elevação do espírito humano para o mais desejável estado de compartilhamento na passagem do tempo, compartilhamento alegre e feliz. Seres humanos, talvez toda a natureza, só se realizam no pleno regozijo vivente. Uma moral alegre se torna ética do cuidado triético.

Quando a moralidade comum é desvinculada dos imperativos da religião estática produtora da moral fechada passa a se configurar pragmaticamente como disposição para deixar o outro ser o caminho do seu desejo,

porque já deixou ser para si mesmo o caminho do próprio desejo. Tem-se aí o sustentáculo da moralidade vital, que atende ao imperativo do sentimento e não de uma razão objetiva absoluta que quer moldar os corpos e as almas à sua imagem e semelhança. Uma modelagem que impede a gênese da individuação própria e apropriada “criando” a servidão involuntária e voluntária como princípio ontológico único. Mas a moralidade aberta interrompe o ciclo da submissão ontológica, porque nela fala mais alto o sentimento de plena realização e regozijo lúcido no ato de amar além das polaridades regimentais.

Em geral, é comum identificar-se a moral como âmbito da “coerção”, do controle, do temor, do medo, da punição, da lei e da ordem implacável. E porque se constata a presença de regimes morais fechados e abertos ao longo do tempo histórico das múltiplas sociedades humanas espalhadas pela Terra, é preciso construir conexões que liguem os diversos pontos ao movimento maior que tudo reúne e tudo separa em igual medida no âmbito do devir-ser humanidade. Há também a moral pregada por povos dominantes em determinado tempo, como é o caso do Ocidente, para o qual a moral é um tecido de muitos fios e filiações grego-romanas e judaico-cristãs, que em determinado momento da história próxima se torna a moral hegemônica marcada pela ideia de uma natureza binária: masculino e feminino, céu e terra, forte e fraco, racional e irracional etc.

Ora, quais são os limites existenciais do ser humano? Como afirmar a segurança de algo que não se encontra acabado e sim em movimento transformativo perpétuo?

De qualquer modo, o ser humano é produtor de valores que são o seu acervo imaterial e material no âmbito dos quais vive a sua vida. A moralidade é um imaterial que vive na materialidade da vida, vive na alimentação, digestão, assimilação e transformação/metamorfose/morte do que vive. E enfim, qual seria o motivo para se limitar previamente o âmbito do comportamento moral dos seres humanos ao cumprimento de valores de conduta coercitivos e absolutos?

Aqui fica evidente como é preciso olhar a questão da moralidade pelo viés da ética para que se possa ultrapassar o limiar da coerção social (coletiva, impessoal, suprapessoal) do dever-ser alienado e subordinado à ordem absoluta externa, que não dá ao indivíduo o direito de poder-ser *diferente* em relação ao prescrito imperativamente na lei soberana e opressora binariamente constituída: ou o bem, ou o mal! Sim, porque, o que é o bem e como distingui-lo do mal? Quem dá e qual é a medida de “bem” e de “mal” universal?

O giro ético pós-moderno ou transmoderno: além de bem e de mal como realização do amor universal unido na diversidade e na diferença

A moralidade humana nasce antes da instituição religiosa, porque todo animal vive em ciclos, é um ser vivo, e o ser humano é um ser vivo que vive de alma no conhecimento que o faz ser-sendo/ser-devindo. Associada à religiosidade por razões históricas evidentes, a moralidade humana não pode ser reduzida às generalidades racionais homogêneas. E diante da diversidade cultural e espiritual das sociedades humanas de todos os tempos, seria impróprio, incorreto, injusto falar de “moralidade” a partir de um modelo de conduta fechado e monológico, universal e absoluto, pois toda moralidade atende ao âmbito do existir humano em seu contexto cosmológico e ao imperativo da vida em seu impulso desejanste de ser sempre mais-vida.

Também porque os seres humanos evoluíram das formas morais coercitivas e fundamentalistas, para formas morais em que realiza sua liberdade ontológica fundamental: aquela de se tornar aquilo que seu desejo é! Ora, o desejo! Qual desejo? O que é desejanste no desejo?

Para dizer do desejo e o seu sentido positivo ou negativo, tudo depende do regime moral no qual se está imerso, e toda moral humana é construída, inventada, instituída historicamente. Assim, para tratar do giro ético e estético da moral na contemporaneidade posso falar em duas moralidades

coexistentes. Uma moralidade fundada no medo psicológico e uma moralidade fundada na plena escolha além do bem e do mal. Quero enfatizar que “além do bem e do mal” não prescreve nenhuma medida do bem e do mal e nem aceita nenhuma medida para a moralidade como sentimento virtuoso em seu sentido positivo e vicioso em seu sentido negativo. Entretanto, há algo ainda comum entre o positivo e o negativo, entre a virtude e o vício. Esse algo permanece o sentimento de satisfação e o sentimento de insatisfação como partes diferentes indissociáveis: um não é sem o outro, assim como só se pode ver o que se apresenta nos limites do claro-escuro que configura a percepção visual.

Toco no âmbito da formação ética dos indivíduos humanos sociais, na ultrapassagem dos umbrais da servidão involuntária e voluntária. Daí a importância da ética e da política na vida das sociedades contemporâneas que constituem a via da sustentabilidade triética: ambiental, social e mental. E se há países democráticos e não democráticos, os democráticos têm o dever de cumprir o acordo político constituído para regular e orientar a sociedade em seus processos vitais. Os estados democráticos são laicos por princípio, o que significa dizer que não se intrometem na moralidade religiosa e doméstica de ninguém, pois sua regulação moral é aquela de garantir condições plenas de existência social para todos os membros de sua constelação e redondezas sem exceção.

É a partir do exercício pleno de escolha individual inalienável que se pode falar em moralidades como campo da ação humana para a realização de seus meios e fins práticos e espirituais. E se o direito à liberdade de cada um ser o que é fica garantido nos regimes democráticos, torna-se imperante o acolhimento das diferenças de comportamento moral, na medida em que atendam ao princípio de *mais-vida* e *mais-plenitude-vivente*. Ou seja, há também “imoralidades” que merecem consideração densa.

No giro ético pós-moderno ou transmoderno abre-se o campo radical da liberdade partilhada e do cuidado triético incorporado ao mundo da vida. Trata-se de uma ética da libertação que abre ao ser humano a apren-

dizagem de sua própria invenção renovada, a partir do que é mais antigo. E como afirma Enrique Dussel em sua *Ética da Libertação*:

A ética da libertação não quer aparecer como novidade. Quer aparecer como uma atualização de uma tradição milenar, pisoteada pelo cinismo do capitalismo globalizador, que pretende o máximo da ciência e da razão, sendo na verdade uma decadência ética, irracional e insensível à dor das vítimas. (DUSSEL, 2012, p. 649)

281
☞☞

Então, o giro pós-moderno/transmoderno da ética realiza a saída da exclusão e do descaso com o Outro a partir da diferença pensada como diferença. Vítimas são todos os que sofrem opressão e violência física e simbólica da parte dos opressores. E aqui a “imoralidade” se mostra como o que atenta contra a vida em suas formas singulares de ser. Imoral é tudo o que não ama o viver e o morrer. Pois viver é também morrer, e morrer é viver da morte que faz reviver para remorrer vivendo: neguentropia entrópica. Em uma ética da libertação o que importa é realizar o amor à vida vivente tendo presente que todo ser humano pode tornar-se plenamente o seu Outro: o caminho libertador. A alteridade liberta da opressão monológica: seja cada um o seu desvelamento único. Pois é imoral atentar contra a vida do Outro, o estrangeiro, o desconhecido, o “bárbaro”. Todo preconceito é imoral como expressão de um sentimento de inveja. Porque a inveja é um “menos” da moralidade que em seu “mais” aspira à ética da diferença. Todo “menos” é desvio do caminho ético da libertação. É diante da grandeza desconhecida da diferença como diferença que toda ética é possível em seu agir libertador.

Pensar, então, as moralidades usando-se o critério da plena realização ontológica de cada singularidade é afirmar a diferença como o inesperado que sempre se espera, pois quem não sabe esperar o inesperado, como alguma vez irá encontrá-lo? Assim, quem não espera o Outro nunca poderá acolhê-lo em sua diferença radical. O próprio Dussel buscou inspiração para a sua *Ética da Libertação* no mais antigo texto crítico encontrado no Egito, que já revela o princípio ético que depois será o fio condutor do

cristianismo: a acolhida do estrangeiro, do Outro em suas necessidades vitais. Transcrevo aqui passagens de Dussel que apontam a antiguidade da ética da libertação em um texto egípcio:

Trata-se de um conjunto de textos dispersos que, com ordem diferente, eram colocados junto aos mortos em papiros, para que pudessem ‘lembrar’ seus atos em vida no momento do ‘Juízo Final’ de Osíris. Este, depois de ser coroado como príncipe regional (talvez fosse originariamente um personagem histórico), é assassinado por seu irmão Seth, que esquarteja seu corpo e o reparte por diversos lugares, também no Rio Nilo (sua cabeça repousava em Abydos). Ísis recolhe as partes de Osíris, e Anubis o reúne mumificando-o. Seth tenta também matar seu filho Hórus, filho de Ísis, que era a esposa do próprio Seth. Hórus vence o pai (como um novo Édipo) e herda o reino de Osíris. Enquanto isso, Osíris ressuscitou no reino do além. Portanto, é o primeiro ressuscitado e seu protótipo, a quem os que desejam ressuscitar devem invocar. [...] a ressurreição se universaliza a todos os habitantes, mas igualmente as exigências éticas que constam no *Livro dos mortos*. O *ka* (a consciência ética absolutamente individual que tem memória e responsabilidade de seus atos), a consciência ético-prática, é o componente central do ser pessoal (junto com outros quatro). Trata-se de um dos mitos éticos mais determinantes da história universal. Cada sujeito individual, em vida e depois da morte sempre individual, tem a experiência ética de realizar as suas obras à luz do ‘Juízo de Osíris’ (com ‘autoconsciência’ explícita, já que ‘se vê visto’ a partir dos olhos de um juiz onisciente, incorruptível, interior e perfeito). A ‘vida’ (*Ankbem* egípcio) é dada individualmente pelos deuses a cada ser humano e mantida eternamente no caso do morto merecer ressuscitar por suas boas obras. Todos os deuses levam em sua mão direita a *Ankb*, o sinal da vida (uma espécie de cruz com um pegador através do qual os deuses metem sua mão).

Desejamos só indicar um elemento das tantas riquezas éticas destes textos e em relação ao argumento central de toda esta Ética da libertação. Trata-se do capítulo 125 do indicado livro que desejamos comentar. Este longo capítulo é o relato da presença do que morreu

na grande Sala de Maat (a lei do universo), onde é julgado o ‘Osíris N.’ (o morto com nome próprio) para nele encontrar ou não os méritos para ressuscitar. O capítulo começa, depois da apresentação do que vai ser julgado, com as famosas declarações de inocência (‘Não cometi maldade contra os seres humanos. Não maltratei as pessoas...’). Num momento central do texto podemos ler os seguintes critérios éticos, que o morto com pretensão de ressurreição proclama publicamente na grande Sala de Maat:

Satisfiz o deus cumprindo o que desejava. [1] Dei pão ao faminto, [2] água ao sedento, [3] vesti o que estava nu e [4] uma barca ao náufrago.

E os deuses personalizando o morto pergunta-lhe: ‘quem és tu me dizem, qual é teu nome? me perguntam’. Isto nos indica o profundo conceito da individualidade pessoal da eticidade egípcia, que o pensamento semita herdará, mas não o grego (com a sua imortalidade universal da alma), e através dos semitas passará para os judeus, cristãos, mulçumanos e modernos. (DUSSEL, 2012, p. 647)

Essa longa citação aponta para um fator fundamental na compreensão da ética transmoderna: o Outro como o Igual na Diferença.

É, assim, de uma ética da alteridade que dá voz e força aos *oprimidos*, *excluídos*, *diferentes*, que as moralidades emergentes ganham corpo e alma. Está em causa uma qualidade humana sublime, que consiste no acolhimento do estrangeiro, do marginal, do esquecido em sua diferença e em seu poder-ser mais próprio e apropriado. O argumento de Dussel em relação à ética da libertação é certo e ressoante com o seguinte: sem amor ao diferente, marginal, oprimido não há libertação possível. E no julgamento feito no Templo da morte o que é pesado na balança é o coração daquele que morreu e agora é avaliado em seus atos e realizações. É o “coração” que é pesado e não suas intelecções computantes e/ou cogitantes. A ética da alteridade faz revelar-se o amor incondicional à vida vivida, vivente e por viver além de “bem” e de “mal”: além do excesso e da privação, além da polarização binária.

É, então, curioso como a ética da alteridade se resume na atitude acolhedora do diferente em sua diferença. Assim, a ética pós-moderna e transmoderna em construção é o ultrapassamento de toda malquerença em relação ao que deve ser cuidado com a própria vida: a responsabilidade por si mesmo, a partir da qual se pode abarcar a *compaixão universal* pelos oprimidos e excluídos do poder-ser mais próprio e apropriado. Isso se alia a uma estética da alteridade que é o modo de aparecer da aparência em sua beleza incomparável.

Considerações inconclusivas: moralidades são signos de diferentes formas de ser-mais

O princípio moral da vida é sempre o de ser-mais, ser-além do já estabelecido. A natureza em sua exuberância criadora é amoral. Neste âmbito, o que é imoral atenta contra a vida plena, ao princípio do pleno gozo do viver plenamente. O imoral, assim, é o que nega o princípio do impulso vital da liberdade ontológica do Outro, seja pela violência física ou simbólica.

Imoral é julgar a vida dos outros como se fosse a nossa, porque cada vida é única e com suas próprias circunstâncias e tendências. A humanidade caminha para formas morais além de bem e de mal, por necessidade vital, pois está em movimento a evolução espiritual da espécie e sua saída da lógica binária patriarcal, hierarquizante, excludente.

Assim, a moralidade necessária para a criação humana aponta para o quer-bem a todas as formas de vida e a todos os modos humanos de seguir aprendendo a transformar-se. Pois tudo o que vive é impermanente e se transforma sem cessar. Mesmo as identidades fixas tendem a mudar a partir de circunstâncias diferenciadas e inusitadas. As moralidades, pois, apontam para a pluralidade de modos de ser-no-mundo em que é preciso atentar para o impulso desejante que a tudo movimenta como combustível vital.

A moralidade fechada dá lugar às moralidades abertas. A ideia de homem no singular dá passagem para o plural: seres humanos. A cultura no singular se faz culturas e muitas. O indivíduo moral no singular se torna

indivíduos morais, quer dizer, indivíduos que não negam o princípio vital de seus corpos desejanter de maisvida.

Relativismo? Chamar a moral de morais, relativismo moral? E por que não? Que medo nos possui? Medo de Deus?

Mas Deus não tem nada a ver com a moral do chicote, nem com a moral dos exércitos. O âmbito do amor divino não tem circunscrições, não tem preconceitos de nenhuma espécie, senão não seria divino. Divino é apenas o que ama incondicionalmente. E o que ama incondicionalmente, ama incondicionalmente: não escolhe entre as suas crias os que serão premiados e os que serão castigados pelos seus atos imorais. É a própria consciência de cada um que cuida de fazer a justiça como lei inexorável: nada escapa do julgamento autoconsciente de cada ser em sua singularidade.

Imoral é querer ser a razão do mundo sem nem ao menos conhecer-se em profundidade. Pois tudo está em tudo. O que hoje está cheio, amanhã estará vazio, o que hoje está embaixo, amanhã estará por cima. Tudo flui! Bem e mal são partes de um mesmo âmbito comum, no qual virtuosos e proscritos são o mesmo! Dizem respeito ao que vive e quer chegar a ser o que é como ser em devir.

Moralidades só entram em conflito quando há imbecis que querem falar pela divindade e se sentem premiados por tomarem o partido do divino, como se o divino pudesse ser partido, dividido, loteado. Moralidades dizem da pluralidade de modos de realização da saga humana em sua incansável busca de superação e transcendência.

Sendo maisvida cada um se faz moral no sentido superlativo do sermais. Mas para isto é preciso fazer-se livre de toda e qualquer opressão simbólica, o que exige uma coragem extraordinária, pois só os que se libertam das amarras do medo psicológico e da danação simbólica podem gozar do dom de partilhar da vida transformante amante da vida abundante e da justiça do “coração”. Porque sem amor ninguém é nada e sem acolhimento da diferença como diferença não há ética e nem estética criadora do livre.

Referências

BERGSON, H. *As duas fontes da moral e da religião*. Coimbra: Almedina, 2005.

DUSSEL, E. *Ética da libertação*. Na idade da globalização e da exclusão. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HUME, D. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.